

## “ANTÔNIO DÓ - SEVERO BANDIDO, MAS POR METADE<sup>1</sup>”: A REPRESENTAÇÃO DO JAGUNÇO MINEIRO NA CARTOGRAFIA LITERÁRIA DE MANOEL AMBRÓSIO

“ANTÔNIO DÓ - SEVERE BANDIT. BUT FOR HALF”: THE REPRESENTATION OF THE JAGUNÇO OF MINAS GERAIS IN THE LITERARY CARTOGRAPHY OF MANOEL AMBROSIO

Recebido: 03/03/2022

Aprovado: 30/06/2022

Publicado: 28/07/2022

DOI: 10.18817/rlj.v6i1.2792

Pedro Borges Pimenta Júnior<sup>2</sup>

Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0002-4259-9651>

Lucivânia Aparecida Rodrigues dos Santos<sup>3</sup>

**Resumo:** O objetivo deste trabalho é analisar o romance *Antônio Dó: o bandoleiro das barrancas* (1976), do mineiro Manoel Ambrósio Alves de Oliveira (1865 - 1947), a partir do estudo inicial realizado por Francisco de Vasconcellos (1976). Nesse sentido, após pesquisa documental em periódicos e revisão de bibliografia, é possível compreender como o autor construiu uma espécie de cartografia literária do Médio São Francisco no início do século XX, esboçada a partir de um exercício de ficcionalização das memórias sobre os conflitos que envolveram o jagunço Antônio Antunes de França e que, de algum modo, eram também reflexo das perseguições e dissabores sofridos pelo escritor.

**Palavras-chave:** Manoel Ambrósio; Regionalismo; História; Memória; Médio São Francisco.

**Abstract:** The objective of this work is to analyze the novel *Antônio Dó: the bandit of barrancas* (1976), by Manoel Ambrósio Alves de Oliveira (1865 - 1947), from Minas Gerais, based on the initial study carried out by Francisco de Vasconcellos (1976). In this sense, after documental research in periodicals and bibliography review, it is possible to understand how the author built a kind of literary cartography of the Middle São Francisco river in the beginning of the 20th century, sketched from an exercise of fictionalization of memories about the conflicts that involved the jagunço Antônio Antunes de França and that, in some way, were also a reflection of the persecutions and inconveniences suffered by the writer.

**Keywords:** Manoel Ambrósio; regionalismo; History; memory; Middle São Francisco river.

<sup>1</sup> ROSA, Guimarães. **Grande sertão:** Veredas. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 2001, 624 p.

<sup>2</sup> Possui graduação em Letras/Português pela Universidade Estadual de Montes Claros (2003) e mestrado em Letras/Estudos Literários pela Universidade Estadual de Montes Claros (2019). Atualmente é professor do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais. Tem experiência na área de Letras, com ênfase em Literatura brasileira, atuando principalmente nos seguintes temas: remição pela leitura, educação em prisões, produção literária de Manoel Ambrósio, regionalismo literário, literatura de Minas Gerais. Coordena o grupo de pesquisa Cartografias do Médio São Francisco (CNPq). Coordena, desde 2019, o projeto de extensão intitulado "Remição pela leitura", realizado na APAC - Januária. Orienta trabalhos e realiza pesquisas relacionadas à produção literária do Médio São Francisco. É aluno especial de doutorado (Posling/CEFET-MG). E-mail: [pedro.pimentajr@gmail.com](mailto:pedro.pimentajr@gmail.com)

<sup>3</sup> Possui graduação em Licenciatura em Geografia - Centro de Educação Integradada do Vale do São Francisco (2010). Atualmente é professora efetiva da educação básica na Escola Municipal de Areião e como professora convocada na Secretaria Estadual de Educação. Tem experiência na área de docência em Geografia, na Educação Básica (Anos Finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio). E-mail: [lucivaniageografia57@gmail.com](mailto:lucivaniageografia57@gmail.com)

## Introdução

Em *Grande Sertão: Veredas*, Guimarães Rosa (2001) lançou luz sobre um personagem intrigante dos sertões. Trata-se de Antônio Antunes de França, conhecido como Antônio Dó. Como a evidenciar a polêmica em torno dessa figura, Rosa assim se referiu ao jagunço mais famoso de Minas Gerais: “Antônio Dó - severo bandido. Mas por metade; grande maior metade que seja”. (ROSA, 2001, p.33).

A menção ambivalente à figura de Dó demonstra como um mesmo indivíduo pode ser representado de forma tão diversa. De um lado, as notícias sobre as violências perpetradas por ele e seu bando ganharam as páginas dos periódicos e passaram a fazer parte das preocupações do grupo econômico que se sucedia no comando político das terras sanfranciscanas; do outro, os relatos orais quanto às injustiças impostas a ele e sobre as peripécias que empreendeu para fugir da perseguição transformaram-no em uma espécie de herói sertanejo.

Coube ao escritor januarense Manoel Ambrósio Alves de Oliveira (1965-1947), resgatando de sua memória os fatos que vivenciou e colheu *in loco*, propor, pioneiramente<sup>4</sup>, uma representação ficcional mais amena da outra “metade” desse fabuloso personagem barranqueiro<sup>5</sup>. Ambrósio tinha a seu alcance as ferramentas para contar essa história, pois fora contemporâneo e estava a pouca distância do homem cuja saga narrou em *Antônio Dó: o bandoleiro das barrancas*, texto publicado postumamente em 1976, objeto de análise neste artigo.

Nesse sentido, este trabalho pretende analisar o romance ambrosiano a partir do estudo inicial realizado pelo cearense Francisco de Vasconcellos (1976). Nesse sentido, após pesquisa documental em acervos públicos e arquivos privados e depois de revisão bibliográfica amparada nos estudos de Ecléa Bosi (1994), Jöel Candau (2012), Alfredo Bosi (2006) e outros, é possível compreender o romance como uma espécie de cartografia literária<sup>6</sup> do Médio São Francisco no início do século XX. Esse esboço do tempo-espaço ribeirinho, feito a partir da narrativa sobre Dó, permitiu a Ambrósio um exercício de ficcionalização de suas memórias dos conflitos que

---

<sup>4</sup> Na esteira de Ambrósio, outros escritores produziram obras sobre o jagunço. Em 1967, Saul Martins publicou *Antônio Dó: a história verídica de um jagunço famoso*, provavelmente a partir da leitura dos manuscritos do livro de Ambrósio. Em seguida, Petrônio Braz publicou “Um serrano de Pilão Arcado”, lançado em 2004.

<sup>5</sup> Segundo Zanoni Neves (2013), esse termo designa o “habitante da ribeira”, das margens do Rio São Francisco, referindo-se ao “roceiro, ao habitante da zona rural ribeirinha (...) sobretudo, os nascidos na região” (NEVES, 2013, p. 20).

<sup>6</sup> Sobre cartografia literária, consultar: Almeida (2015), Cunha (2011) e Hoisel (2004).

envolveram o jagunço e que eram também resultado das perseguições e dissabores sofridos pelo escritor.

Aqui entendemos memória na perspectiva de Joël Candau (2012), para quem “a memória é identidade em ação” (p. 18). Essa identidade não pode ser avaliada por “critérios de verdadeiro ou falso”, pois “para toda manifestação há uma verdade do sujeito, diferenças recuperadas entre a narração (...) e a ‘realidade’ factual” (CANDAU, 2012, p. 77). Nesse sentido, a clivagem das memórias envolvendo o famoso jagunço são, na visão de Vasconcellos (1976), uma tentativa ambrosiana de falar de si mesmo ao narrar o périplo de Antônio Dó pelos sertões.

Como Vasconcellos, portanto, compreende-se que a obra se encaixa dentro da proposta ambrosiana de revisitação do passado sertanejo sob o prisma da literatura para “sublimar o seu vulcão de dissabores através de palavras candentes de revolta” contra a casta de políticos e proprietários de terra que o alijaram da vida pública (VASCONCELLOS, 1976, p. 8).

Ao trazer essa obra para a investigação acadêmica, acredita-se estar contribuindo para o resgate da literatura de Manoel Ambrósio. Nessa direção, o presente artigo poderá, ainda, subsidiar o trabalho de professores das redes públicas e particulares da região de Januária - MG que, instados a discutir em sala de aula a produção literária de expressão regional, não dispõem de bibliografia específica.

### **Manoel Ambrósio: um velho-sábio do sertão mineiro**

Romancista, folclorista, poeta, inspetor escolar, professor e jornalista mineiro, Manoel Ambrósio nasceu em Januária – MG, às margens do Rio São Francisco, em 07 de dezembro de 1865. Iniciou sua formação primária na cidade de seu nascimento e, posteriormente, formou-se normalista na cidade de Montes Claros – MG, onde esteve sob a tutela do médico e político José Carlos Versiani<sup>7</sup>.

Retornando a sua cidade natal, teve aulas de filosofia, latim e francês com o professor Lindolfo Caetano, famoso mestre da região. Casou-se duas vezes. Do segundo casamento, nasceram Nely Montenegro, escritora e uma das responsáveis pela guarda do arquivo paterno, e Manoel Ambrósio Júnior, também escritor, autor de

---

<sup>7</sup> Essa figura teve um papel importante na vida de Manoel Ambrósio. Versiani foi médico e político (vereador e presidente da Câmara Municipal de Montes Claros). Foi também o fundador da Casa Caridade por meio da Lei Provincial nº 1776 de 21 de setembro de 1871, hoje Hospital Santa Casa (CALEIRO e SILVA, 2014).

*No meu rio tem Mãe d'água* (1987), obra emblemática sobre cultura e folclore sanfranciscano.

Em seus oitenta e um anos de vida, Manoel Ambrósio afastou-se de sua cidade natal em poucos momentos: primeiro para a conclusão de seus estudos em Montes Claros - MG; em seguida, quando precisou lecionar em cidades próximas, para fugir da perseguição política; e, por fim, durante os sete anos (1935-1942) em que residiu no Rio de Janeiro, período sobre o qual há poucas informações biográficas. Em sua estadia na então capital federal, Ambrósio publicou textos na importante revista *A Noite ilustrada*, entre os quais seis contos.

Embora obtivesse algum sucesso na capital, de acordo com Francisco de Vasconcellos (1974), Ambrósio nunca se deixou seduzir pelas luzes da cidade grande. Assim, tão logo a saudade apertou, retornou a Januária onde, em 24 de agosto de 1947, faleceu. Em 1951, como homenagem tardia, a antiga rua em que ele habitou passou a denominar-se rua Professor Manoel Ambrósio.

Em Januária, Ambrósio exerceu, com destaque, o magistério e o jornalismo. Essa última atividade foi intensificada com a criação do semanário *A Luz*, fundado provavelmente em 1901 e no qual se sobressaiu não só pela cobertura noticiosa ou pelo debate público, mas também pela produção literária. É nesse periódico que Ambrósio publica, sob o pseudônimo Brazil do Vale, algumas poesias e, especialmente, traz em formato de folhetim, em 1903, os capítulos do romance *Hercília*: romance histórico, republicado pela Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, vinte anos depois (1923), e também a novela *O chalé de Tonkin*, da qual não se tem notícias de ter sido publicada na íntegra ou mesmo ganhar páginas de livro.

A exemplo de outros homens de Letras de seu tempo, Manoel Ambrósio foi membro de agremiações importantes. Vasconcellos (1974) lista a participação dele no Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais e na Academia Mineira de Ciências. A partir dessa filiação, chegou a publicar na Revista do Arquivo Público Mineiro o estudo *Esboço Histórico de Januária*, embrião da obra *História de Januária*.

O acesso a tais institutos, conforme explica Vasconcellos (1976), não fez com que Manoel Ambrósio fosse prestigiado pelos meios editoriais com a publicação, em tempo hábil, de suas obras. Obteve pouco reconhecimento como romancista, tendo sido mais lembrado como mestre do Folclore em razão do resgate que fez dos mais diversos mitos e lendas do Médio São Francisco na mais conhecida de suas obras,

*Brasil Interior* - livro de contos finalizado em 1912, publicado em 1934, reeditado e republicado em 2015.

Contudo, para além desse livro, Manoel Ambrósio também é o autor do já citado *Hercília*: romance histórico (1923), *Os Laras*: novela regional (1938), *A Ermida do Planalto*: novela regional (1945) e *Os Melos: jagunços e potentados no sertão do São Francisco* (2018), além do livro de poesias *Paranapetinga* (1938). Ainda sem a devida publicação encontra-se o manuscrito *Novos cantos populares do Rio São Francisco* (1909) e ainda alguns trabalhos ficcionais esparsos.

Não se pode negar, é fato, a contribuição de Manoel Ambrósio para o folclore mineiro. Contudo, merecem também destaque os estudos dele (embora amadores) nas áreas da Antropologia, História, Geografia e Sociologia. Esses conhecimentos tão diversificados, característica dos intelectuais do final do século XIX, o fazem figurar entre os velhos-sábios de Minas, ao lado de nomes como Antônio Borges Sampaio<sup>8</sup> e Luiz Antônio Pinto<sup>9</sup>.

Na última década, porém, a obra de Manoel Ambrósio tem sido redescoberta e vários estudos acadêmicos têm se debruçado sobre ela, tanto para analisar o valor estético das produções literárias, como para compreender o passado do Médio São Francisco<sup>10</sup>. Nesse diapasão, a menção a Ambrósio e a sua obra tem aparecido em trabalhos de diferentes campos científicos.

### **Um sábio esquecido e perseguido**

Apesar da importância intelectual de Ambrósio e embalde os esforços de sua família, o autor foi esquecido em alguns círculos intelectuais. Reflexo disso, grande parte da população de sua terra natal desconhece o legado do escritor, recordando-se dele apenas como uma personagem do passado ou como nome de uma rua na parte central da cidade.

Não é compreensível, entretanto, que um indivíduo com tantos talentos tenha sido submergido pelo tempo, quando é praxe entre as elites políticas de pequenas cidades a maximização dos expoentes da terra. A menos que o comportamento desses “filhos célebres” vá de encontro a interesses mezinhos, o que parece ser o

---

<sup>8</sup> Escritor, jornalista, historiador e climatologista português, naturalizado brasileiro e radicado em Uberaba (1827 - 1908).

<sup>9</sup> Militar, professor, genealogista e historiador responsável pelo resgate de inúmeros documentos do período colonial (1841-1924).

<sup>10</sup>

caso de Manoel Ambrósio, especialmente quando se analisa o trabalho jornalístico e se avalia a produção ficcional dele atentamente, pondo-se de lado, embora momentaneamente, a fama de destacado folclorista.

Em *A Luz*, por exemplo, Ambrósio faz duras críticas ao sistema político e social que vigorava na época, em especial aos fazendeiros, aos mandatários e às forças policiais. Na edição de 16 de agosto de 1903, Ambrósio relata as fraudes eleitorais para vagas no Senado Federal, ocorridas na cidade de Januária. No texto, ele desanca, ferinamente, aqueles a quem chamou de “ladrões de votos, os réos da república, os criminosos de todos os tempos” (OLIVEIRA, 1903, p. 03):

Este senado ou está sem juízo, ou a fraude de Januária não tem quem o defenda. Tem a palavra a vergonha de Minas Geraes. Parabens aos nossos patrícios falsificadores de actas. Brillhante futuro os espera. Para a história da pátria serão gravados os seus nomes afim de que não se percam pelos seus feitos. Por leis esbofetial-a hoje em quanto podeis; porem, porem!<sup>11</sup>... (OLIVEIRA, 1903, p. 03).

Fora de Januária, em artigo de abril de 1902, publicado em *O Pharol*, de Juiz de Fora – MG, falando sobre os desafios do jornalismo do sertão, o escritor queixou-se da perseguição que vinha sofrendo em virtude da linha editorial adotada em *A Luz*:

A Januária, propositalmente mantida pelo governo em um tal estado, lucta em vão para seguir a trilha de outras cidades mais favorecidas do que ella. E não é de hoje que assim o faz. Na monarchia nada conseguira; na república, sempre tomada de dúvidas, de decepções provada e, não pode a nossa cidade progredir, graças a interesses inconfessáveis que tem servido para cavar a sua ruína. (...) reconhecendo os gravíssimos males que lhe crearam e para os combater, apellou para a imprensa (...). Dahi, o ódio, a lucta, a perseguição emfim. Usando da linguagem franca da verdade, procurando sempre o caminho nobre da independência, affrontando o erro e a corrupção, surgira dos esforços da mocidade este segundo periódico *A Luz* (OLIVEIRA, 1902, p. 2).

Com tantas críticas de Ambrósio (e são muitas, feitas por meio do jornal ou nas obras de ficção) é possível aventar que o “esquecimento” de sua obra deveu-se, em grande parte, à perseguição política que sofrera. Nesse caso, portanto, deve-se falar mais adequadamente em “apagamento” ou “silenciamento”, uma questão biográfica que merece ser aprofundada. Nessa linha, ao lembrar o incômodo que as

---

<sup>11</sup> Neste trabalho serão utilizados os textos de Manoel Ambrósio com as ortografias originais, tanto nas citações das obras literárias discutidas como nos trechos dos jornais *A Luz* e *O Pharol*.

imprecações de Ambrósio provocaram nas autoridades locais, Vasconcellos (1976) compara os infortúnios de Antônio Dó aos do escritor:

Dó e Ambrósio morderam o pó da oposição aos chefetes da sórdida e mesquinha politiquice interiorana, conheceram a opressão dos figurões macumunados em manobras inconfessáveis, viveram o descabro dos princípios, sentiram a subversão da justiça curtiram os desmandos da polícia e as sabugices oficiais e oficiosas (VASCONCELLOS, 1976, p. 08).

De fato, tanto Ambrósio como o jagunço insurgiram-se contra os chefes políticos da região para apontar injustiças e crimes. O primeiro, usando armas de fogo; o segundo, um tipógrafo e canetas-tinteiros. Porém, mais do que a confrontação político-ideológica, a paixão do escritor pela paisagem de seu torrão fez dele uma espécie de cartógrafo do Médio São Francisco, como se verá.

### **A literatura ambrosiana: uma cartografia ficcional dos sertões sanfranciscanos**

A preocupação dos intelectuais com a geografia dos sertões brasileiros está latente em representações feitas nos romances, contos e poesias e permitem ao leitor vislumbrar a paisagem natural e humana remotas, desconhecidas. Estimulados pela curiosidade com a diferença, muitos autores transpuseram para a literatura a pujança e dramaticidade da geografia sertaneja.

Segundo Marandola Jr. e Oliveira (2009), o romance brasileiro se esforçou em descrever paisagens e tipos humanos, criando personagens e descrevendo a realidade a partir de uma visão artística atenta ao espaço geográfico. Para esses autores, em suma:

O romance brasileiro, portanto, pode ser tomado em sua linguagem literária para se debruçar sobre suas geografias. São inúmeros escritores que contribuíram para o conhecimento do tema e das gentes brasílicas, englobando as questões locais e regionais, contribuindo para firmar e delinear a identidade deste vasto país em busca de afirmação, enquanto nação. São autores que lançaram as bases para se compreender a formação histórica e cultural, partindo de uma geografia com ritmos e símbolos, criando personagens e descrevendo a realidade de um prisma artístico. Com a imaginação artística, os possíveis mundos reais e fictícios assumem contornos, descrições e representações dependendo dos olhares e das cores da interpretação da leitura e da escrita (MARANDOLA JR; OLIVEIRA, 2009, p. 491 – 492).

A questão identitária de que tratam os autores se manifesta em algumas representações literárias que, tão preocupadas com uma base territorial específica,

chegam a constituírem-se verdadeiras cartografias literárias e ajudam a criar o imaginário coletivo, a memória coletiva sobre a paisagem. O sertão mineiro de Rosa e o sertão de Euclides da Cunha são bons exemplos disso.

A influência mútua entre o espaço geográfico, personagens e enredos é, pois, recorrente nas obras de Ambrósio. Em *Antônio Dó*, por exemplo, observamos as paisagens que são descritas, bem como a interação das personagens com elas: “Gastaram um tempo enorme para ganhar o planalto central, atravancando de vertentes, pântanos e soberbas léguas de buritisais” (OLIVEIRA, 1976, p. 44).

O narrador do romance é um atento pintor dos cenários sertanejos. Essa paisagem, ora agreste, ora selvática, revela o caráter resoluto e heroico do protagonista Antônio Dó, envolvendo-o e também protegendo-o. Os ermos sertões dos “gerais” se transformam, portanto, no esconderijo ideal para o bandoleiro:

No espaço oeste do extremo norte do sertão mineiro debaixo da vulneráveis e silenciosas matas, campos gerais, campinas, veredas e palmares, na hora matinal se eleva fluuando e azulando o alto serro das Araras e mais além, em derrota das fronteiras goianas, o ribeirão da Aldeia (OLIVEIRA, 1976, p. 57).

Outra boa descrição desse espaço lemos na passagem abaixo, na qual o narrador apresenta as típicas moradias sertanejas - a casa de palha ou choça com as parcas criações ao fundo, e revela o impacto que as comitivas jagunças causavam na vida do povo simples:

No décimo oitavo dia, atravessando o planalto, defrontara-se com uma casa de palha, nas asas da chapada ao pé de um extenso e luzido pindaibal de uma vertente. Dirigindo-se para lá, beirando uma curta nesga de campo aberto encontrou-a vazia. Seus habitantes, abandonando-a esconderam-se nos matos em vendo aproximar-se a cavahada. Casa de taipa caiada a tabatinga. Uma cerca de madeira branca defendia formoso mandiocal mais comprido do que largo. No oitão da direita roncava no chiqueiro enorme capado, enquanto do poleiro forte, galinhas espantadiças esvoaçavam mexeriqueiras. O galo do terreiro na sua importância, ralhava em sua linguagem rústica (OLIVEIRA, 1976, p. 44).

Outra paisagem muito explorada em *Antônio Dó* é a do “rio de São Francisco”. Entre vários excertos, chama atenção um em que, bucolicamente, se retrata o sertanejo à beira do grande rio, apresentado como caminho e obstáculo para a jagunçagem e para as forças policiais. A visão das barrancas serve, também, para reforçar ao leitor o estado mental do protagonista:

Medindo toda a extensão de sua infelicidade (...) fora-se ter à beira do rio. Absoluto silêncio. *Acentuada visão das coisa ruins pairava na própria natureza e nela tudo o que contempla.* Frente à fazenda estendia-se pelo meio do rio uma extensa ilha muito verde separada da terra por um braço pouco fundo, mas, estreito atravancado de paus da última enchente. Toda ela também deserta. O canal passava do outro lado, lentamente descendo numa serenidade literal. Cálida a tarde após o meio dia. Para além da floresta alta da margem oposta e distante, enormes barras largas e fantásticas de nuvens amontoavam-se no ocidente. Nenhum murmúrio senão o das águas deslizando-se pelas madeiras e moitas podres da margem. *À sombra de juazeiros eretos e frondosos Dô estivera contemplativo, acabrunhado todo o resto do dia, recolhendo-se à boca da noite, quando o vento norte encrespou a superfície do rio num sopro de geada.* E o tempo velozmente corria. (OLIVEIRA, 1976, p. 22, grifos nossos).

No trecho citado acima, o narrador permite a visualização dos cenários agrestes, construindo uma espécie de cartografia ficcional para o cerrado em transição com a caatinga, paisagem comum do Médio São Francisco. Nessa pretensão de mapeamento, a descrição da paisagem sertaneja é um traço peculiar da produção literária de Ambrósio, presente em grande parte dos textos ficcionais do autor.

Outro aspecto relevante dessa cartografia é o resgate dos falares locais. Com isso, Ambrósio dá destaque e voz às populações tradicionais (ribeirinhos, sertanejos, indígenas e quilombolas), ao reproduzir os peculiares dialetos das populações sertanejas. Essa pode ser considerada uma marca estilística importante da obra de Ambrósio, segundo escreveu Ivana Rebello (2018), em artigo no qual analisa o livro *Brasil interior*:

Nos contos de Manoel Ambrósio, encontramos diferentes registros linguísticos que representam as graduações sociais e suas nuances: a do narrador, a dos oficiais, a dos fazendeiros, a dos vaqueiros, a dos pescadores, entre elas. Como cada grupo social retratado utiliza formas e expressão próprias, vê-se, no final da edição, um glossário de termos. Essa riqueza linguística e o tratamento poético que, às vezes, a linguagem assume, leva-nos a uma irrefutável aproximação entre a escrita de Manoel Ambrósio e a de Guimarães Rosa, salvaguardadas todas as diferenças. (REBELLO, 2018, p.35-36).

Para Ramiro Batista (2018), na apresentação de *Os Melos* (2018), a representação da linguagem sertaneja empreendida por Ambrósio é mais do que um recurso estilístico individual, mas uma forma de apresentar aos leitores os “jogos de oralidade”, a prosódia própria do sertão sanfranciscano:

Como na maior parte dos constructos do universo ambrosiano, pode-se postular que os arcaísmos particulares são parte do efeito que o autor propõe ao texto, resignificando na escrita, os jogos de oralidade das gentes sanfrancescanas. (...) Isso para dizer que a ortografia, o léxico, e a riquíssima variação fonética que saltam do texto, não podem e não devem ser adaptadas, sob pena de descaracterizar o múnus literário e, conseqüentemente, o efeito dramático e particular da obra (BATISTA, 2018, p. 10).

A preocupação com o espaço sertanejo e o esforço de representação dos falares ribeirinhos, entre outras peculiaridades, sugerem que a obra de Ambrósio, e especificamente o livro *Antônio Dó*, podem ser enquadrados no que se convencionou chamar de Regionalismo.

Lembra Alfredo Bosi (2006) que o projeto regionalista tinha como foco a “fidelidade ao meio a descrever”, estendendo o interesse para escrutinar “ambientes rurais ainda virgens para a nossa ficção”. Nesse sentido, os escritores regionalistas passaram a dar de ombros aos modismos das elites urbanas, pondo-se a “pesquisar o folclore e a linguagem do interior” (BOSI, 2006, p. 207).

Contudo, o regionalismo presente na obra de Ambrósio poderia ser mais bem delimitado pelo que Albertina Vicentini (2007) chamou de literatura regional sertanista, conceito que expressa não apenas uma preocupação com o espaço rural brasileiro, mas abarca a ficção produzida no e sobre os sertões. Segundo Vicentini, as obras compreendidas por esse conceito ressoam não apenas a paisagem, mas também a identidade do universo rural sertanejo: “o recorte temático principal em torno do qual a literatura regionalista tem trabalhado seus temas e seus conteúdos identitários é, especialmente, o mundo rural, mundo dentro do qual se encontra o sertão [...]” (VICENTINI, 2007, p.189).

Para a pesquisadora, os “conteúdos identitários” só são obtidos quando os autores se esmeram para atingir níveis de verossimilhança que promovam o reconhecimento do *topos* na ficção. Nesse sentido, segundo Vicentini, “o mundo representado da literatura regionalista é, sempre, também épico” (VICENTINI, 2007, p. 188). Por isso, basicamente, o trabalho literário acaba por transformar o escritor numa espécie de cientista social:

escritores regionalistas dizem-se também pesquisadores, recolhedores de anotações em cadernetas. Publicam miscelâneas de lendas, cancioneiros, folclore recolhido, provérbios, dicionários de termos típicos, livros de receitas etc., todos dentro ou ao lado de suas obras literárias propriamente ditas (VICENTINI, 2007, p. 188).

Esse é o caso, portanto, de Manoel Ambrósio, especialmente na obra em análise, na qual a linguagem popular, os tipos sertanejos e a paisagem agreste inundam a narrativa com a pretensão de criar um cenário para narrar epicamente a saga de Antônio Dó que, em última instância, é também a saga do autor.

### **As muitas faces de Antônio Dó**

Segundo o historiador januarense Antônio Emílio Pereira (2004), Antônio Dó era natural de Pilão Arcado – BA, de onde migrou com a família para instalar-se na fazenda Boa Vista, próxima da cidade de São Francisco – MG. Embora possuidor de uma pequena fortuna, mantinha vida simples, trabalhando na terra como qualquer outro sitiante da região. Ao tentar resolver uma disputa por terra com o vizinho Manoel Francisco da Silva (o Chico Peba), fazendeiro com influência política na cidade, Antônio Dó sentiu-se humilhado, pois autoridades e polícia local haviam favorecido seu oponente, fraudando acusação contra ele. (PEREIRA, 2004, p. 325)

Embora a gênese da revolta de Antônio Dó tenham sido “as discórdias forenses” (OLIVEIRA, 1976, p.14) com o vizinho, o romance de Ambrósio também apresenta como razão do motim a denúncia anônima de roubo de bodes feita contra ele. Ao saber do que lhe acusam, Dó respondeu: “— Perdão, Senhor Delegado! Em minha fazenda nunca existiu tal criação e jamais roubei a pessoa alguma em minha vida; pelo contrário, eu é que sou roubado<sup>12</sup>” (OLIVEIRA, 1976, p. 17).

O delegado não aceitou os protestos e explicações: “Todos têm a mesma linguagem de velhacos e mentirosos (...)”. Insultado, Dó reage violentamente: “homem musculoso e ágil suplantava sob os joelhos o militar que se debatia desesperadamente vencido, com a garganta sufocada por uns pulsos de aço e violentamente esmurrado” (OLIVEIRA, 1976, p. 17 - 18).

Submetido por toda a guarnição, Dó é preso: “autuado em flagrante delito, barbaramente espancado desde a delegacia até mesmo dentro da cadeia”. Nesse ínterim, o irmão José fora assassinado e seu rebanho roubado pelo cunhado. “Consternado e no maior desespero”, jurou vingança e adentrou o sertão, recrutando jagunços (OLIVEIRA, 1976, p. 18).

---

<sup>12</sup> Segundo Ambrósio (1976), o cunhado de Dó, Marcelino, o roubava constantemente. Foi Marcelino quem vendera o gado do jagunço quando esse esteve preso, segundo o escritor.

Deixando o discurso literário para voltar ao historiográfico, Pereira (2004) destaca que, em 31 de maio de 1913, depois de reunir um bando, Dó realiza a invasão da cidade de São Francisco. Sem entendimento com as autoridades, Antônio Dó passou de pacato fazendeiro ao status de procurado pela polícia de três estados. A partir de então, a sua história e a de seu bando se tornaram uma mistura de notas saídas em periódicos da época com lendas que, ainda hoje, percorrem as margens do São Francisco e o sertão goiano (PEREIRA, 2004, p. 325).

A polêmica criada ao redor de Antônio Dó guarda relação, segundo Rejane Rodrigues (2007), com o papel que essa figura desempenhou nos sertões. Segundo a pesquisadora, a fama de bandido ou de herói a ele atribuída depende do interesse de quem cria um ou outro perfil para Dó:

A memória evocada sobre Antônio Dó permite-nos analisar as relações sociais estabelecidas na cidade de São Francisco, Norte de Minas Gerais, e nesta mesma perspectiva entender o papel social desempenhado por Antônio Dó nesta região, além de identificar quais classes o queria bandido e quais o queria herói, uma vez que entendemos que “ser bandido” ou “ser herói” depende de quem cria o dito perfil (RODRIGUES, 2007, p.3).

O perfil de bandido perigoso, atribuído a Antônio Dó, ganhou corpo nas páginas dos jornais da região e correu o país, segundo Ambrósio, nas ondas do telégrafo: “O telégrafo – a via crucis universal – gemera com as mais disparatadas invencionices do terror, pedindo enérgicas e urgentes providências do governo [...]” (OLIVEIRA, 1976, p. 32).

Em abril de 1913, por exemplo, o jornal *O Pirapora* noticiou a intenção de Dó em atacar a cidade de São Francisco: “Antônio Dó, acompanhado por grande número de jagunços, pretende atacar a cidade de São Francisco” (S. FRANCISCO, 1913, p.01). O jornal não se encarregou de situar o leitor quanto ao personagem, provavelmente porque barqueiros, remeiros e passageiros que subiam e desciam o rio já haviam dado notoriedade suficiente a ele.

O periódico voltou a tratar do assunto em junho e julho daquele ano. Primeiro, para anunciar a morte do fugitivo, reproduzindo telegrama enviado pelas forças policiais à capital mineira: “Jagunços alcançados força, foram completamente desbaratados morrendo Antônio Dó e companheiros” (S. FRANCISCO, 1913a, p.02). Em seguida, para desmenti-la: “não fora morto Antônio Dó para cuja captura estiveram em S. Francisco cerca de 200 praças de polícia e diversos officiaes que o deram como morto” (S. FRANCISCO, 1913b, p.01).

Após a invasão de São Francisco, Dó foge para o arraial de Vargem Bonita, em Januária – MG, local em que ocorre a primeira batalha entre as forças policiais e o bando. Sobre essa batalha, Manoel Ambrósio publica, em maio de 1903, n’A *Luz*<sup>13</sup> um dos primeiros relatos sobre esse fato. Sem se ater especificamente ao líder dos insurrectos, Ambrósio concentrou-se em repercutir no seu jornal o relato dos sobreviventes do vilarejo, informando sobre os excessos cometidos pelos policiais.

Na edição de 21 de setembro, *O Pirapora* publica um texto que, surpreendentemente, acusa a população local de acovardar-se e deixar as autoridades baterem-se sozinhas contra a fúria vingativa do jagunço:

O povo deveria ver nas pessoas dos dignos coronéis Leite e Maynard os defensores de sua honra ultrajada quando o bandido Antônio Dó ergueu sua arma de fanático contra S. Francisco, contra aquelle povo que de pois se acobardou diante o furor d’aquella alma fraticida levantada para destruir terra tão santa e bemfazeja! (...) arrastado talvez pela falta de patriotismo, (...) os habitantes abandonaram seus chefes no posto de honra e de resistência em pról d’aquella cidade (EM TORNO, 1913, p. 02).

Contudo, *O Paiz*, principal noticioso do Brasil nesse período, na contramão do jornal de Pirapora, publicou detalhada reportagem sobre Dó, ressaltando a violência policial e os motivos do jagunço para “uma desforra justa dos seus inimigos que o têm martyrizado no decurso de sua vida de homem honrado” (ANTÔNIO DÓ, 1913, p.08), ressaltando a bravura e heroísmo dele:

Antônio Dó, segundo contam testemunhas de vista, foi de uma coragem e valor extraordinários em Vargem Bonita, salvando nos seus hombros mulheres, crianças e velhos, quando o povoado foi incendiado por seus perseguidores, sem se incomodar com o tiroteio que lhe faziam (ANTÔNIO DÓ, 1913, p.8).

Se, em *A Luz*, Ambrósio adotou prudência ao registrar os fatos, no romance, concluído em outubro de 1939, Antônio Dó se torna o injustiçado, o “herói” dos sertanejos que viu na luta armada o ensejo para ir contra toda a opressão a que fora exposto. Ao mesmo tempo, a força pública é criticada devido aos mandos e injustiças cometidos contra os sertanejos:

---

<sup>13</sup> Não é possível conhecer, completamente, como *A Luz* realizou a cobertura dos incidentes envolvendo Antônio Dó, pois não restaram ou não estão disponíveis para acesso as edições de 1913 desse periódico, fato que impede o aprofundamento da pesquisa. Só é possível conhecer as impressões de Ambrósio sobre a insurreição de Dó, publicadas no jornal, porque Nelson Coelho de Senna as reproduziu no Anuário de Minas Gerais.

Sabia muito bem da sujeira assoalhada ao longe quanto valia, bem como do desplante no apregoar fatos inverossímeis, mormente da parte dos que são responsáveis pela ordem pública, estes os que se mostraram mais assanhados deante das mentiras palavrosas e incendiárias, principalmente se partem de indivíduos acobertados com um palmo de autoridades (OLIVEIRA, 1976, p. 22).

Na obra, Dó é visto como vítima dos processos de grilagem de terras, sustentados pela ação violenta dos proprietários. A força policial, a serviço desse processo, agia contra quem se opusesse à ocupação das terras devolutas, intimidando posseiros e sitiantes. Tudo isso, segundo o narrador do romance, à sombra da lei:

Burlando a vigilância da lei, brotam da terra como cogumelos, da noite para o dia, assanhados e atrevidos, “agrônomos” descaradamente improvisados, retalhando latifúndios desvalorizados por preços abusivos. Todos com direito e ninguém seguro. Nenhum negócio tão rendoso como divisão de terras. Um seguro de vida de outrora, uma nova roubalheira à sombra da lei. Tinha terras quem tinha gado ou pagava bem a dinheiro. Muita gente ficou sem suas propriedades. Pequenos proprietários saíram de seus lares levando cocos à cabeça (OLIVEIRA, 1976, p. 14).

Não apenas Dó, mas outros contemporâneos dele também foram vítimas do mandonismo do sertão mineiro. Foram muitas as arbitrariedades perpetradas pelo poder policial e político, conforme sugere a passagem abaixo:

A cadeia em poucos dias se enchera das mais disparadas injustiças, das absurdas as mais cruéis. Pessoas inocentes, brutalmente espancadas pelas ruas, davam entrada nas prisões e ali maltratadas a borrachadas e palmatórias, submetidas a interrogatórios desalmados. [...] Vários presos, seminus eram expostos aos dentes de cães policiais, e de nada valiam protestos (OLIVEIRA, 1976, p.54).

Até forasteiros, de passagem pelo sertão, eram presos sob a acusação de uma “imaginária conspiração contra o governo” e mesmo “pessoas qualificadas” desciam à cadeia ou eram executadas:

Transeuntes para São Paulo alí misteriosamente deixavam a vida; retirados da cadeia eram conduzidos à lagôa de piranhas e obrigados a atravessar a nado, eram fuzilados. O pretexto fundamental, certo ou incerto, consistia numa imaginária conspiração contra o governo. Compondo uma lista negra, numerosas as vítimas chamadas à delegacia, mesmo entre pessoas qualificadas. Dessas destacavam-se Antonio Barriga Branca, José Maria, negociante, Fabrício Viana e Elpídio César, músicos (OLIVEIRA, 1976, p.54).

Esses relatos ressoam o grave problema agrário que perturbava (e ainda perturba) a ordem nos sertões mineiros. De um lado, os grandes proprietários de terras se uniam às autoridades políticas e judiciárias e às forças policiais para realizar o que Sandra Costa (2019) chamou de grilagem judicial. Segundo a pesquisadora, nas primeiras décadas do século XX a região Norte de Minas Gerais foi palco de “uma estratégia geopolítica particular de usurpação de terras públicas, camponesas, quilombolas e indígenas” (COSTA, p.146). Segundo ela, esse processo envolveu:

latifundiários, funcionários de cartórios de registros de imóveis, profissionais que faziam a medição de terras e juizes, que, ilegalmente, utilizaram documentos nas ações de divisão e demarcação de terras e em processos de inventário de bens, logrando a ampliação da área de imóveis particulares e a demarcação de terras públicas não discriminadas. Trata-se de um processo de avanço da propriedade privada sobre as terras de uso comum amparado pelo Estado e por uma sucessão de leis que favoreceram a grilagem de uma imensa porção territorial [...] (COSTA, 2019, p. 146).

O narrador do romance aponta as disputas pela terra como razão para o atraso da região: “É justamente nesse paraíso de puro sonho [...] nesse paraíso de recursos naturais [...] que ridículas questiúnculas sobrevivem, perturbando-lhe a paz natural” (OLIVEIRA, 1976, p. 70-71).

A considerar a hipótese de Vasconcellos (1976), o caldo de injustiças fez com que Ambrósio se identificasse com a história de Antônio Dó. Assim, ao registrar ficcionalmente o que presenciou e noticiou em *A Luz*, o escritor abandona a neutralidade jornalística e constrói uma crônica política engajada não apenas contra os desmandos que observou, mas que, antes de tudo, sentiu na pele.

Nesse sentido, o romance pode ser entendido como fruto de reflexões e do amadurecimento das memórias de Ambrósio, testemunha ocular e privilegiada dos fatos de 1913. Ao narrar os episódios da vida de Dó, o januarense saiu do papel de testemunha histórica neutra, reafirmando sua posição de, segundo Francisco de Vasconcellos (1976), porta-voz da “legião de infelizes que compunha a paisagem humana de seu meio e de sua época” (VASCONCELLOS, 1976, p. 8).

Ecléa Bosi (1994) lembra que “na memória política, os juízos de valor intervêm com mais insistência”. Segundo ela, para esse tipo de lembrança não é possível uma narrativa neutra, pois o indivíduo “quer também julgar, marcando bem o lado em que estava naquela altura da História, e reafirmando sua posição ou matizando-a” (BOSI, 1994, p. 453).

De fato, a imparcialidade do relato sobre Antônio Dó não seria possível a Ambrósio, segundo Vasconcellos: “Quem seria imparcial sentindo na carne as agruras de tempos difíceis?” (VASCONCELLOS, 1976, p. 8). Nesse sentido, *Antônio Dó* revela não somente a crônica da violência e da disputa por terras nas Gerais no primeiro quartel do século XX, mas confirma a posição política do autor que, durante a vida, foi membro do Luzeiro, grupo político de oposição, em Januária.

Partindo dessa perspectiva, o romance opõe lavradores acostumados com o trabalho braçal, enredados em tramas políticas e de vingança (Antônio Dó e Andalécio<sup>14</sup>), a oficiais, delegados, juízes e fazendeiros empenhados em fazer da grilagem de terras um negócio rentável, ao qual Ambrósio chamou de “câncer”.

Nas páginas do livro, a inesperada reação e a vingança épica de Antônio Dó apavoraram as autoridades, que passaram a cobrar socorro urgente da capital do estado. Em resposta, o governo envia uma tropa de soldados, sob o comando de um jovem tenente que, ao ver sua guarnição dizimada no primeiro confronto com Dó, tenta fugir e acaba morrendo afogado nas águas do São Francisco:

A correnteza lenta e pesada. O oficial corajosamente metera o braço, nadou bastante. De vez em quando um chuva de balas pingava-lhe adiante e ora atrás. Tem medo e ajudado por este dobrara as forças. Sentido câimbras e totalmente perdido, pedira socorro [...] (OLIVEIRA, 1976, p. 29).

Derrotada e com Dó às portas da cidade de São Francisco, a força pública pede novos reforços, dessa vez chefiados pelo capitão Felão, o antagonista de Dó na obra: “Analfabeto em absoluto, farda do governo na cacunda [...] logo cedo primava-se por violentas prisões em diligências arriscadas e assassinatos de criminosos de empenho” (OLIVEIRA, 1976, p.33).

Felão e Dó travaram algumas batalhas. A mais sangrenta e emblemática ocorreu no arraial de Vargem Bonita. Esse embate consolidou na memória coletiva a imagem de heroísmo do jagunço e da baixa qualidade dos quadros policiais daquele período. O incidente é narrado detalhadamente nos capítulos 9 e 10 do romance, nos quais se pode saber que os soldados haviam ateado fogo às palhoças, na esperança de matar Dó, além de saquear a pequena capela do lugarejo:

---

<sup>14</sup> O nome, segundo Francisco de Vasconcelos (1976), era Indalécio Gonçalves Pereira. Natural de Januária – MG, foi ele quem acusou Dó de ter roubado um rebanho de bodes. No episódio de Vargem Bonita, fora Indalécio o responsável pela emboscada contra o jagunço.

Do povoado restavam de pé a escola coberta de telhas e a capelinha, onde um surrão de moedas foi saqueado pelo nosso conhecido soldado Pedrão [...] Da capelinha fizeram quartel e cozinha. A imagem da Senhora Santana foi metida numa bruaca de corou e levada como troféu para São Francisco, onde a diligências frustrada chegou dias depois num desapontamento de derrota (OLIVEIRA, 1976, p. 40 - 41).

Passada a batalha, Dó foge para o estado de Goiás, onde fica sob a proteção do governador daquele estado, segundo o romance. Na volta, homizia-se “no serro das Araras” (OLIVEIRA, 1976, p. 57) e faz amigos: “De bom trato, sociável, dera-se em amizade com os habitantes do deserto”. Naqueles ermos, atua como comerciante e passa a exercer a venerável função de “dirimente ou árbitro” das contendas sertanejas: “Escudado na fama que o seu nome inspirava, mandava, auxiliava, aconselhava e de longe bem de longe aguardava o desenrolar dos fatos” (OLIVEIRA, 1976, p. 71).

Essa boa fama, contudo, se desvanece pouco tempo depois. Após fazer as pazes, Dó acerta com seu antigo inimigo, Andalécio, uma segunda invasão a São Francisco. O objetivo era eliminar um adversário comum: o tenente Alcides, o “Nero do sertão”. Assim, os dois submetem a cidade. Dó, porém, ao perceber o perigo, deserta e foge.

Com a traição a Andalécio e a intromissão violenta de seu bando em assuntos de terceiros, Dó passa a ser visto pela população não mais como um injustiçado, mas como bandido:

Daí a reviravolta da opinião geral, convertendo-o de um homem justo e sofredor ao epíteto revoltante de bandido. Sua última incursão a São Francisco malsinara-o de covarde e traidor [...] Tal os dizeres do povo, que motivado por súbita antipatia lhe movera campanha terrível. Ele um pouco decaído, defendia-se dizendo que não traíra. Que seu amigo jogara a caçada fora: não sabia brigar. (OLIVEIRA, 1976, p. 71-72).

Com a Revolução de 1930, mudam-se os ventos no sertão. O tempo dos coronéis e dos jagunços estava passando, assim entende o narrador: “Transição de épocas! [...] De repente o ordenamento político e social do país parecia tomar um novo rumo. [...] Cancelaram-se as ideologias, os coronéis, os capitães de pé de serra da grande cruzada brasileira” (OLIVEIRA, 1976, p.77).

Era o fim da chamada “questão do norte”: os telégrafos deixaram de rugir notícias alarmantes e as tropas não mais desciam o rio para insuflar violências e

arbítrios por rogo dos fazendeiros: “Descobertas as falcatruas da gleba sanfranciscana, de Antônio Dó se esquecera” (OLIVEIRA, 1976, p. 78).

Sem mais razão para a luta contra seus detratores, Dó acaba atraindo alguns “facinorosos corridos dos três Estados limítrofes ao fundo, até mesmo ladrões evadidos de prisões [...]” (OLIVEIRA, 1976, p. 78). Entre eles estava Félix, pistoleiro contratado para vingar-se de Dó pelo roubo de doze contos de réis a uma viúva de São João da Ponte - MG, história que corria o sertão pelas ondas do telégrafo.

Assim, em 1929, Antônio Dó fora assassinado em casa, numa emboscada planejada por Félix. Embora Dó tenha vivido boa parte da vida arriscando-se em confrontos armados, sua morte não se dá por bala: ele teve o crânio esmagado por uma mão de pilão. Morria com ele a lenda de que tinha o corpo fechado: “Quem briga c’o Dó, briga sem medo, s’tá de corpo fechado” (OLIVEIRA, 1976, p. 57).

### **Considerações finais**

A figura histórica de Antônio Dó é questionada ainda hoje: os pesquisadores que se dedicam ao estudo dessa lendária personagem esbarram na falta de documentos confiáveis sobre ele. Nesse sentido, a obra de Ambrósio é importante não como registro histórico, mas como representação ficcional que levou em conta as memórias do que o autor observou, ouviu e noticiou nas páginas de *A Luz*. Mais ainda, o romance é um esforço do januarenses para transfigurar sua trajetória na saga do jagunço. O texto de Ambrósio é, pois, relevante como fonte histórica secundária para conhecer o caldo social do qual emergiu Antônio Dó, permitindo avaliar o grau de abandono e caos institucional da justiça e da polícia no extremo Norte de Minas, onde prevalecia a barbárie.

No plano estético-literário, é imperativo constatar que, embora empenhado em fazer da saga do jagunço de São Francisco uma narrativa exemplar, que denunciasse a injustiça e violência que grassavam nos sertões sanfranciscanos, Ambrósio não se furtou em assinalar a ambivalência de Antônio Dó, tal como fez Guimarães Rosa em *Grande sertão: Veredas*. Manoel Ambrósio, contudo, elege uma das faces dessa figura. Essa escolha deveu-se, conforme Francisco de Vasconcellos (1976), à insatisfação do januarenses com os desmandos dos poderosos de sua época.

Nesse diapasão, mais do que utilizar a história de Dó para dar vazão ao “vulcão de dissabores através de palavras candentes de revolta” (VASCONCELLOS, 1976, p.8), Ambrósio construiu, dentro do plano de conteúdos de um regionalismo sertanista,

uma cartografia ficcional para o Médio São Francisco, revelando a identidade barranqueira e o jogo político das “ridículas questiúnculas” que atravancavam o desenvolvimento da região (OLIVEIRA, 1976, p.70).

## Referências

ANTÔNIO DÓ. *O Paiz*. Rio de Janeiro, p. 8. 24 ago. 1913. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/uf.aspx>. Acesso em: 02 mai. 2021.

BATISTA, Ramiro E. C., Apresentação. In: OLIVEIRA, Manoel Ambrósio A. de, *Os Mellos: jagunços e potentados no sertão do São Francisco*. 1.ed. Belém: Ed. Folheando, 2018, 110 p.

BOSI, A. *História concisa da literatura brasileira*. 43 ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembrança de velhos*. São Paulo: Cia das Letras. 1994. 402p.

CALEIRO, Regina Célia Lima; SILVA, Luciano Pereira da. *Ciência, Ordem e Educação: a ação médica na imprensa de montes claros/mg nas primeiras décadas do período republicano*. Revista Caminhos da História v. 19, n.2/2014.

COSTA, Sandra Helena Gonçalves. Apropriação privada das terras, grilagem judicial e luta pela terra de uso comum no norte de Minas Gerais. *Perseu: História, Memória e Política*, n. 17, 2019. Disponível em: <https://revistaperseu.fpabramo.org.br/index.php/revista-perseu/article/view/303>  
Acesso: 02 mai. 2021.

EM TORNO de um facto. *O Pirapora*. Pirapora, p. 2-2. 21 set. 1913. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/uf.aspx>. Acesso em: 02 mai. 2021.

MARANDOLA JR, Eduardo; OLIVEIRA, Livia de. Geograficidade e espacialidade na literatura. *Geografia*, v. 34, n. 3, p. 487-508, 2009. Disponível em: <https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/ageteo/article/view/4795/394>  
Acesso em: 02 mai. 2021.

NEVES, Zanoni. *Médio São Francisco: os homens do rio, sua linguagem, seu saber*. 1 ed. Belo Horizonte: Núcleo de Estudos do V. do São Francisco, 2013, 80 p.

OLIVEIRA, Manoel Ambrósio A. de. Ainda a fraude: eleição senatorial. *A Luz: orgam dos interesses do povo*. Januária, p. 3. 16 ago. 1903. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/uf.aspx>. Acesso em: 02 mai. 2021.

OLIVEIRA, Manoel Ambrósio A. de. *O Pharol*. Juiz de Fora, abr. 1902. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/uf.aspx>. Acesso em: 02 mai. 2021.

OLIVEIRA, Manoel Ambrósio A. de. *Antônio Dó: o bandoleiro das barrancas*. Petrópolis: Imprensa Vespertino Ltda., 1976, 98 p.

PEREIRA, Antônio Emílio. *Memorial Januária: terra, rios e gente*. 2. ed., Belo Horizonte: Mazza Edições, 3013, 704 p.

REBELLO, Ivana Ferrante. Manoel Ambrósio de Oliveira: um escritor do Norte de Minas Gerais, do início do século XX. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Montes Claros, Montes Claros*, vol. XX, 1º sem./2018.

RODRIGUES, Rejane Meireles Amaral. Outras Histórias sobre Antônio Dó: imprensa e memória do norte de minas. In: XXIV Simpósio Nacional de História, 2007. *Anais*, São Leopoldo: Anpuh, 2007. p.1-9. Disponível em: [https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548210412\\_cea6e8b33f8bd17b86326c3c121e303f.pdf](https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548210412_cea6e8b33f8bd17b86326c3c121e303f.pdf). Acesso em: 02 mai. 2022.

ROSA, João Guimarães. *Grande sertão: veredas*. 19 ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2001, 624 p.

S. FRANCISCO. *O Pirapora*. Pirapora, p. 1-1. 06 jul. 1913b. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/hdb/uf.aspx>> Acesso em: 02 mai. 2022.

S. FRANCISCO. *O Pirapora*. Pirapora, p. 2-2. 22 jun. 1913a. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/hdb/uf.aspx>>. Acesso em: 02 mai. 2022.

VASCONCELLOS, Francisco de. O folclorista Manoel Ambrósio. *Revista Itaytera*, Crato, n. 18, p. 103-120, set. 1974.

VASCONCELLOS, Francisco de. Prólogo. In: OLIVEIRA, Manoel Ambrósio A. de. *Antônio Dó: o bandoleiro das barrancas*. Petrópolis: Imprensa Vespertino Ltda., 1976, 98 p.

VICENTINI, Albertina. Regionalismo literário e sentidos do sertão. *Sociedade e cultura*, v. 10, n. 2, p. 187-196, 2007. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=70310205> Acesso em: 21 jan. 2021.

#### **Outras obras consultadas:**

ALMEIDA, Sandra Regina Goulart. *Cartografias contemporâneas: espaço, corpo, escrita*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2015. 220 p.

CUNHA, Carlos Manuel Ferreira da. *A(s) geografia(s) da literatura: do nacional ao global*. Guimarães: Opera Omnia, 2011. 118 p. Disponível em: <<https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/23202/1/As%20geografias%20da%20literatura.pdf>>. Acesso em: 02 mai. 2022.

HOISEL, Evelina. Sobre cartografias literárias e culturais. In: BITTENCOURT, Gilda *et.al* (Org.). *Geografias literárias e culturais: espaços/temporalidades*. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2004. p. 149-156.